



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

249  
r

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331994-6  
APELANTE: Estado de Pernambuco  
APELADO: J Silva Neto  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. ' APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença prolatada nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal NPU 0013033-17.1997.8.17.0001, que extinguiu o processo sem apreciação do mérito, com fundamento nos arts. 267, I, e 283, do CPC, e condenou o autor em honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais). 2. Não merece acolhida a pretensão do Estado de ver modificado o fundamento da sentença *a quo*, para que o feito seja extinto com resolução do mérito. 3. *In casu*, constatou-se um defeito da petição inicial – qual seja, não ter sido ela instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação –, que conduziu ao seu indeferimento e, assim, à extinção do processo sem resolução do mérito. 4. Verificou-se, pois, a adequada subsunção dos fatos às normas aplicáveis. 5. Tratando-se de ausência nos autos de provas indispensáveis à propositura da ação, afigurar-se-ia impertinente – e prematura – a aplicação do art. 333, I, do CPC, a resultar na extinção do feito com resolução do mérito. 6. Apelo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0331994-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data de julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331994-6  
APELANTE: Estado de Pernambuco  
APELADO: J Silva Neto  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal NPU 0013033-17.1997.8.17.0001, que extinguiu o processo sem apreciação do mérito, com fundamento nos arts. 267, I, e 283, do CPC, e condenou o autor em honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Em sede de apelação, o **Estado de Pernambuco** pugna pela reforma da sentença *“apenas para modificar a parte dispositiva, para extinguir o feito com resolução do mérito, com fundamento no art. 269, I do CPC, uma vez que o autor não se desincumbiu no ônus de provar suas alegações”*.

Sem contra-razões (cf. certidão à fl. 70).

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

250

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331994-6  
APELANTE: Estado de Pernambuco  
APELADO: J. Silva Neto  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO**

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal NPU 0013033-17.1997.8.17.0001, por meio da qual J. Silva Neto objetivava a anulação de créditos derivados de autos de infração (nº 005.00109/95-8 e 005.00110/95-6).

Verificando o magistrado *a quo* que o autor não trouxe aos autos os documentos necessários à comprovação das suas alegações – de que não teria adquirido as mercadorias objeto das notas fiscais relacionadas nos mencionados autos de infração –, extinguiu o processo sem apreciação do mérito, com fundamento nos arts. 267, I, e 283, do CPC.

Em sucessivo, por força de embargos de declaração, o autor restou condenado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Pois bem.

No contexto dos autos, tenho que não merece acolhida a pretensão do Estado de ver modificado o fundamento da sentença *a quo*, para que o feito seja extinto com resolução do mérito.

Ora, *in casu*, constatou-se um defeito da petição inicial – qual seja, não ter a exordial sido instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação –, que conduziu ao seu indeferimento e, assim, à extinção do processo sem resolução do mérito.

Verificou-se, pois, a adequada subsunção dos fatos às normas aplicáveis.

É certo que o magistrado de primeiro grau não oportunizou a emenda da peça vestibular, tal como disciplinado no art. 284 do CPC; entretanto, *in casu*, a análise da sentença nesse ponto encontra óbice na vedação à *reformatio in pejus*.

Anote-se, por fim que, tratando-se de ausência nos autos de provas indispensáveis à propositura da ação, afigurar-se-ia impertinente – e prematura – a aplicação do art. 333, I, do CPC, a resultar na extinção do feito com resolução do mérito.

Pelas razões acima expendidas, **nego provimento** à apelação.

Recife, 22 de maio de 2014.  
  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator